

DEMARCHOS

BOLETIM INFORMATIVO DO GRUPO DE PESQUISA DEMOGRAFIA, SAÚDE E SOCIEDADE



DEMARCHOS

Edição 1 - janeiro/março 2019

Editorial	3
Apresentação	
Grupo de pesquisa demografia, saúde e sociedade (demos)	4
Opinião	
Os 70 anos da declaração universal de direitos humanos e o contexto atual brasileiro	5
Análise de situação	
Como é o comportamento da mortalidade por faixa etária no Brasil?	8
Entrevista	
Risco, vulnerabilidades e desastres	9
Expediente	12

EDITORIAL

Demarchos é uma produção trimestral do Grupo de Pesquisas Demografia, Saúde e Sociedade, credenciado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

O grupo de pesquisa, criado em 2016, procura desempenhar papel estratégico na formulação e condução de pesquisas que façam a interface entre a demografia e a saúde pública. Sua atuação contribui para o desenvolvimento de atividades no âmbito da pós-graduação em instituições brasileiras como a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que correspondem às instituições de origem dos coordenadores, bem com outras parceiras como o Instituto Nacional de Câncer (INCa) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), dentre outras.

A demografia é uma área de conhecimento ligada às ciências sociais que estuda a dinâmica populacional humana. Para isso, esta disciplina avalia, através de metodologias estatísticas e qualitativas, a distribuição de características ligadas aos principais eventos ligados às mudanças na estrutura populacional: os nascimentos, os óbitos e as migrações. Seu nome vem da junção de duas palavras gregas: *demos*, que significa povo, e *graphein*, que significa escrever. A palavra *demos*, por sua vez, pode se referir a toda a cidadania de uma comunidade, podendo servir para designar a assembleia popular, de modo que as decisões políticas eram vistas como emitidas pelo conselho e pelo povo.

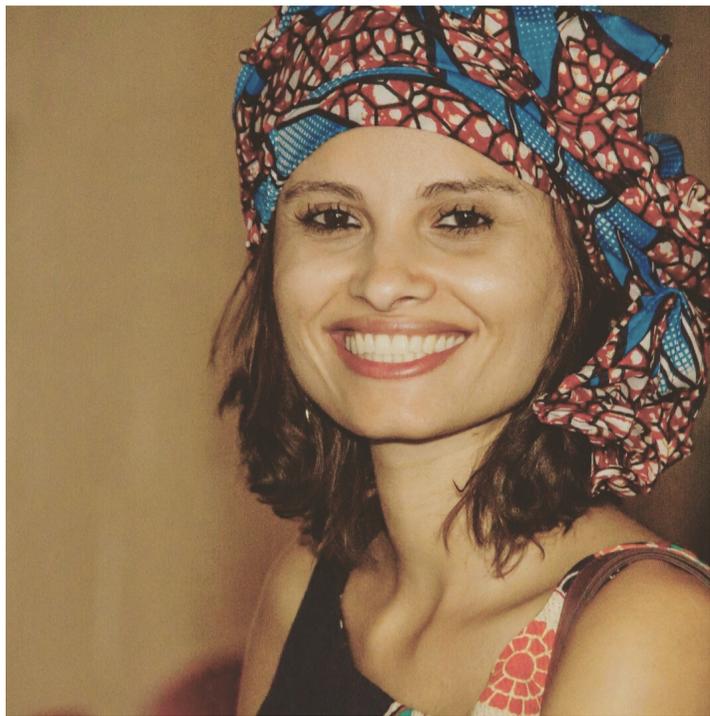
Esta é uma história que deve ser contada.

Na Grécia Antiga, havia a região conhecida como Ática. Quando houve a reforma política de Clístenes, que proporcionou aos cidadãos, independentemente do critério de renda, o direito de voto e ocupação dos mais diversos cargos, as *demos* (pequenas divisões de terra nas áreas rurais da polis) foram expandidas inclusive para Atenas, trazendo consigo o empoderamento do povo em detrimento dos grupos familiares aristocráticos, os *genos*. Cada *demos* possuía seus próprios ritos, baseados em sua cultura. Para que houvesse unidade de grupo, cada *demos* possuía um líder

O termo *demarchos* foi utilizado para nomear o posto político máximo dos *demos*. O *demarco*, portanto, era o maior ocupante do cargo em cada *demos*. Por esta razão, o grupo de pesquisas é reconhecido pela expressão DEMOS. Neste sentido, parece oportuno que, ao escrever sobre demografia, tenhamos um boletim que seja porta-voz das pesquisas e tendências realizadas pelo grupo, ocupando papel de destaque na socialização do conhecimento produzido pelo grupo. Por esta razão, este boletim tem o nome de DEMARCHOS, carregado de simbolismo político sobre a produção da ciência **do** povo **para** o povo.

Boa leitura!

Grupo de pesquisa (DEMOS/CNPq)



Concluiu a graduação em enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo no ano de 2004; o programa de pós-graduação lato sensu (residência) em enfermagem oncológica pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA) em 2007; O mestrado em Saúde Pública na subárea de Epidemiologia pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ) Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz no ano de 2009 e o Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública na linha de Pesquisa " modelos matemáticos, estatísticos e computacionais em saúde " no ano de 2013, na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz. É professora da Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do

Norte, e ainda integra o Grupo de Trabalho de Violência em Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Tem experiência na área de Enfermagem e Saúde Pública, com ênfase em Epidemiologia do câncer, Saúde do Trabalhador e Violência em Saúde.

Possui graduação em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FENF/UERJ) (2005), especialização em Saúde Coletiva pela Universidade Gama Filho (UGF) (2006), residência em enfermagem de saúde pública pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) (2007), especialização em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) (2009), especialização em Saúde da Família pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) (2018), MBA em gestão em saúde e administração hospitalar pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) (2017), mestrado em Saúde Pública pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2007), mestrado em População , Território e Estatísticas Públicas pela ENCE/IBGE (2015) e Doutorado em Saúde Pública pela UFRJ (2011). Atualmente é Pesquisador em Saúde Pública da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, FIOCRUZ, e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da ENSP/FIOCRUZ. É coordenador do Grupo de Trabalho de População e Saúde da Associação Brasileira de Estudos de População (ABEP). Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Demografia, Epidemiologia, Políticas Públicas, Atenção Primária em Saúde.



OS 70 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS E O CONTEXTO ATUAL BRASILEIRO

Por Vanessa Figueiredo Lima

A promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 70 anos no dia 10 de dezembro de 2018. Após as duas grandes guerras mundiais, a declaração veio para se opor ao horror das guerras e do nazismo, trazendo em poucos artigos, alguns direitos norteadores para a garantia da dignidade humana.



Os direitos humanos consistem em um conjunto de direitos considerados indispensáveis para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Trata-se dos direitos essenciais e indispensáveis à vida digna. O que é direito essencial para ser protegido varia de acordo com o período histórico e o contexto cultural. Assim, não devem ser tratados como um rol de direitos determinados por uma ordem natural, nem como algo universal e igual à todas as culturas. O direito, numa perspectiva emancipadora é, sobretudo, o direito de todo indivíduo à sua existência.

Embora a data seja expressiva, ao fazer 70 anos da assinatura da Declaração de Direitos Humanos, o momento não é de comemoração e sim de reflexão sobre os desafios enfrentados em um contexto em que as ameaças a esses direitos são constantes. São tempos de desafios e incertezas para todos aqueles que lutam por direitos humanos.

Segundo dados da Anistia Internacional, o Brasil é o país das Américas que mais mata defensores dos Direitos Humanos. Entre as vítimas estão principalmente os ativistas ligados ao direito à terra, sendo os trabalhadores rurais e os indígenas. Também estão na lista militantes, advogados e jornalistas que tratam dos direitos de mulheres, pessoas LGBTQI+ e que protagonizam a luta antirracista.

O ano de aniversário é 2018. Em março daquele ano, a vereadora da cidade do Rio de Janeiro Marielle Franco, mulher preta, reconhecida por sua atuação na defesa dos Direitos Humanos e na luta antirracista, foi brutalmente assassinada no centro da cidade, após sair de um debate sobre a luta das mulheres pretas. O caso de Marielle ganhou notoriedade no mundo inteiro.



Vanessa Figueiredo Lima é advogada, e especialista em Direitos Humanos. É mestranda em saúde pública da Escola Nacional de Saúde Pública, FIOCRUZ

Recentemente, em janeiro de 2019, o deputado Jean Willys, primeiro a pautar uma agenda para a promoção dos direitos LGBT sendo um deputado abertamente LGBT na Câmara dos Deputados, declarou que irá sair do país por ter recebido constante ameaças contra sua vida, optando por não assumir mandato para o qual foi eleito pela população. Assim como também a professora da UNB Débora Diniz, após ter feito uma defesa pelo direito ao aborto seguro e gratuito para mulheres, também precisou deixar o país devido ameaças ao final de 2018.

Em países como o Brasil, em se pratica amplamente a exploração comercial de recursos naturais, sob o controle majoritário de grandes detentores do capital, também se torna um problema para o campo dos direitos humanos o descaso com a vida humana e com a biodiversidade, priorizando os lucros das grandes empresas. Como exemplo temos as extrações na Amazônia e os grandes danos irreparáveis causados pela mineração, como o triste exemplo da barragem o rompimento da barragem em Brumadinho/ MG, ocorrido ao final de janeiro de 2019.

No final do ano de 2018 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos esteve no Brasil, e demonstrou preocupação em relação às violações graves de direitos humanos. Entre essas violações estão as torturas no sistema prisional brasileiro, a violência nas favelas, o racismo, a perseguição ideológica no sistema educacional e a perseguição e mortes de profissionais e militantes dos Direitos Humanos, principalmente aqueles que lutam por direitos relacionados ao campo e a terra. Adicionalmente, ao legitimar todas as perdas de direitos e os ataques aos direitos humanos, existe uma grande desinformação sobre o verdadeiro significado destes direitos. Para uma grande parcela da sociedade, o que inclui os vulneráveis a estes ataques, “direitos humanos” se tornou algo pejorativo que não protege os cidadãos. Com a divulgação incontrolável através de redes sociais de notícias falsas, alguns acreditam que “direitos humanos” se trata de um grupo de pessoas que legitimam atos violentos, o que de forma alguma é verdade. Ao contrário, quando cumpridos, são direitos que protegem a todos os humanos, o que inclui todos os credos, visões políticas, classe social, gênero e sexualidade.



Importante ressaltar que é a falha na concepção e incoerência que faz com que humanos sejam contrários aos seus próprios direitos.

Embora sejam muitos os desafios e incertezas, os direitos humanos fundamentais para a garantia da dignidade e da existência humana nunca foram concedidos gratuitamente. Esses direitos são frutos de luta. De fato, muito além do que a Declaração dos Direitos Humanos pode expressar, principalmente no nosso contexto Brasil um país da América Latina, os direitos humanos são fruto de lutas de povos que sempre foram subalternizados e grupos marginalizados para uma sociedade que tenha mais igualdade no tratamento digno e de direitos, mas que respeite as diferenças e mantenha assegurada a diversidade cultural.

Diante dos desafios econômicos e políticos no contexto de ataque às minorias e aos direitos fundamentais é importante ser consciente da luta coletiva visando *uma prática – educativa e social – de acordo com o presente que estamos atravessando*¹.

Em tempos de incertezas e desafios no campo dos Direitos Humanos, é importante pensar nesses direitos como uma luta constante e na possibilidade de avançar mesmo em tempos adversos. Para o fortalecimento dos Direitos Humanos, é preciso, portanto, fortalecer a luta dos povos, muito além das instituições. A ponto em que as instituições estejam um dia a favor dessas lutas; para que, no futuro, o conceito e a luta de direitos humanos também sejam repensados de forma que dialoguem com a diversidade, e que rompam com as hierarquias de gênero, raça, sexualidade e de classe. Que a luta seja multicultural e que lute contra a exploração de povos para a acumulação de capital!

CHAMADA PARA ARTIGOS

DEMOGRAFIA E SAÚDE PÚBLICA

Temas:

1. Análise espacial da mortalidade;
2. Debate sobre curso de vida e *lifespan*;
3. Demografia e iniquidades em saúde.
4. Diferenciais de mortalidade e desigualdades em saúde;
5. Estimativas de Saúde para pequenas áreas;
6. Gênero, desigualdade e saúde da população;
7. Inovações metodológica de modelagens em saúde e mortalidade;
8. Longevidade e envelhecimento saudável;
9. Métodos de avaliação de políticas de saúde;
10. Migração e Saúde;
11. Modelos de micro simulação de processos demográficos;
12. Modelos formais de análise de mortalidade;
13. Padrões de mortalidade por idade;
14. Pobreza e Desigualdade em Saúde;
15. Processos intergeracionais e saúde da população.
16. Qualidade de dados em saúde;
17. Saúde dos refugiados;
18. Transição Demográfica e Epidemiológica;
19. Tripla carga de doenças no Brasil;
20. Uso de Big Data para modelagens de desfechos em saúde.



Cadernos
Saúde Coletiva

Os manuscritos devem ser enviados para o e mail populacaosaude@gmail.com

¹ Joaquín Herrera Flores, em *A reinvenção dos direitos humanos*.

Análise de Situação

COMO É O COMPORTAMENTO DA MORTALIDADE POR FAIXA ETÁRIA NO BRASIL?

Por José Henrique Costa Monteiro-da-Silva

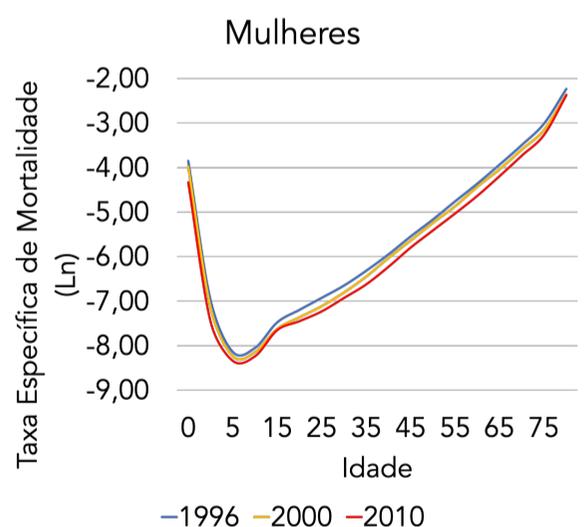
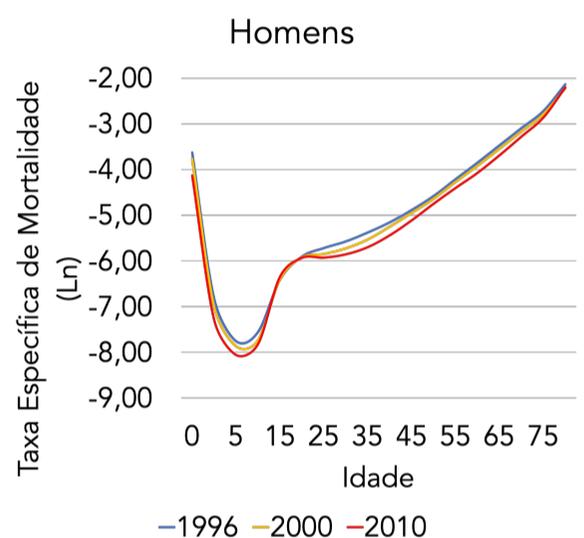
O Brasil experimentou ao longo do século XX consideráveis ganhos em longevidade de sua população. Essa trajetória é reflexo da Transição da Mortalidade, processo em que as taxas de mortalidade partem de patamares elevados para patamares mais baixos, e da Transição Epidemiológica, processo em que as causas majoritárias dos óbitos de uma população deixam de ocorrer por doenças transmissíveis e passam a prevalecer as mortes ocasionadas por agravos não transmissíveis.



José Henrique Costa Monteiro-da-Silva é mestre em demografia pela Universidade Estadual de Campinas, e é pesquisador do International Policy Center for Inclusive Growth

O crescimento da expectativa de vida esteve diretamente relacionado à urbanização, de melhorias nas condições sanitárias e de uso

de tecnologias médicas, que começaram a tomar corpo a partir



da década de 1930. Todos esses avanços de desenvolvimento socioeconômico contribuíram, por exemplo, para a redução das mortalidades infantil (0 a 1 ano) e na infância (0 a 5 anos), que explicam boa parte dos ganhos em longevidade da população.

Os gráficos apresentados mostram o caminhar desse processo entre 1996 e 2010. Houve avanços significativos na queda das taxas específicas de mortalidade, sobretudo nos grupos mais jovens (0-14 anos) e idades mais avançadas (40 anos ou mais). Entretanto, preocupam as tendências recentes da mortalidade adulta masculina nas faixas etárias mais jovens (15-29 anos). Há uma estagnação das mortes por causas externas principalmente nas regiões metropolitanas. Ressalta-se a diferença no padrão das curvas masculinas e femininas. Deve-se ter em mente que o cenário apresentado é um panorama geral para o Brasil, o que não reflete características locais. Tendo em vista as disparidades regionais em indicadores sociais e condições de vida, uma análise mais detalhada e aprofundada da mortalidade requer a desagregação dos eventos de óbito por regiões ou grupos populacionais.

Deve-se ter em mente que o cenário apresentado é um panorama geral para o Brasil, o que não reflete características locais. Tendo em vista as disparidades regionais em indicadores sociais e condições de vida, uma análise mais detalhada e aprofundada da mortalidade requer a desagregação dos eventos de óbito por regiões ou grupos populacionais.

Entrevista

RISCO, VULNERABILIDADES E DESASTRES

Num intervalo de 3 anos, o Brasil teve dois desastres de grande monta, associados à atividade de mineração. Isto expõe a população a uma grande condição de vulnerabilidade. Para abordar o tema, sob diferentes aspectos, convidamos dois estudiosos brasileiros sobre a repercussão dos desastres naturais nas populações: Dr. Carlos Machado de Freitas, coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (CEPEDES), e pesquisador em saúde pública da Fundação Oswaldo Cruz; e a Professora Raquel Rangel de Meireles Guimarães, demógrafa e economista, da Universidade Federal do Paraná.

Raquel Guimarães

Demarchos: Qual é a relação entre a vulnerabilidade ambiental e social?

RG: A literatura documenta que existe uma forte relação entre as várias dimensões da vulnerabilidade: social, ambiental, econômica. Em outras palavras, indivíduos e famílias de classes sociais mais baixa são, em geral, aqueles com maior vulnerabilidade aos desastres ambientais e, também, aqueles com maior suscetibilidade às perdas econômicas. Nesse sentido, o grande desafio para nós, pesquisadoras e pesquisadores, é justamente isolar os efeitos de cada uma dessas vulnerabilidades para minimizar ou potencializar o impacto de um grande desastre natural. Contudo, ainda que esse seja um exercício difícil, é importante que os estudos se dediquem a identificar esses papéis, de tal forma que as políticas públicas se tornem melhor orientadas e desenhadas.

Demarchos: A relação entre desastres/crimes ambientais e mobilidade é mediada por vários fatores, incluindo a vulnerabilidade das famílias e, conseqüentemente, dos indivíduos. Como você percebe o papel da vulnerabilidade como mediador para a ocorrência da migração seletiva a partir das áreas afetadas?

RG: Justamente pela complexidade do tripé migrações-vulnerabilidade-desastres ambientais, o efeito dos desastres naturais sobre a probabilidade de mudança de residência não pode ser especificado a priori, ainda que conheçamos o grau de vulnerabilidade das famílias. Por exemplo, considere uma família em situação de extrema pobreza,



Raquel possui doutorado em demografia, e irá cumprir estágio de pós-doutoramento no Instituto Internacional para Análise de Sistemas Aplicados (IIASA), na Áustria

cuja residência se dava em uma ocupação irregular, e considere o efeito de uma inundação que destruiu a cada dessa família. Como sua vulnerabilidade é extremamente alta, e é difícil que essa família tenha ativos para se manter naquela mesma ocupação após o fenômeno, há um aumento nas chances de migração. Por sua vez, uma família em situação de pobreza, mas com imóvel próprio, num bairro que sofre com constantes inundações, tenderá a voltar à sua residência, o que não quer dizer que ela estará em situação melhor, já que sua vulnerabilidade ambiental continua. Assim, é necessário aplicar-se modelos complexos, que possibilitem múltiplas interações de fatores associados, de tal forma que se possa prever a probabilidade de migração dos indivíduos.

Demarchos: Você passará os próximos dois anos realizando estágio pós-doutoral em um dos mais renomados institutos da Áustria, e tratará sobre estas questões. Qual você acredita que será o impacto real da sua pesquisa?

RG: O impacto em termos das políticas públicas poderá ser muito importante. Por exemplo, em função desses desastres ambientais, mas que cada vez têm tido uma previsibilidade em função das mudanças climáticas, um governo pode desenhar soluções de moradia e realocação de famílias. Contudo, para isso, precisa entender como se dão as decisões das famílias de residirem nessas áreas de risco. Provavelmente, aquelas famílias estão residindo naqueles lugares pois é a melhor solução que elas encontram dadas suas restrições. Assim, uma política efetiva deve levar em consideração esses efeitos comportamentais, os quais, definitivamente, são resultado das diversas vulnerabilidades.

Carlos Machado

Demarchos: Num intervalo de 3 anos, o Brasil teve dois desastres de grande monta, associados à atividade de mineração. Você vê alguma conexão entre os desastres de Mariana e Brumadinho, ou os considera eventos isolados?

CM: Embora sejam dois desastres específicos, nosso trabalho tem sido buscar identificar os elementos comuns aos mesmos, até mesmo para poder identificar se há um padrão.

Temos uma conexão imediata que é o fato de os dois desastres envolverem a mesma empresa, a Vale (controladora da Samarco que rompeu em Mariana e responsável direta pelo rompimento de Brumadinho). Além de envolver a mesma empresa, encontramos as mesmas causas para ambos os desastres. As relacionadas à gestão de riscos de rompimentos pelas próprias empresas, envolvendo desde o monitoramento de riscos, como a manutenção das barragens, envolvendo diversas falhas. As relacionadas aos sistemas de licenciamento e controle pelos diferentes órgãos públicos que se encontram sem estruturas e recursos necessários para dar conta dos riscos de rompimento de barragens. As relacionadas ao processo de redução do papel Estado desde os anos 90, fazendo com que empresas contratadas pelas próprias mineradoras fiquem responsáveis pelas análises de segurança das barragens, laudos e certificações, o que na prática resulta que todo o processo de gestão dos riscos acaba ficando sobre o controle das empresas mineradoras. Um sistema político que permite que representantes dos legislativos e também do executivo tenham suas campanhas financiadas pelas mineradoras, de modo que suas preocupações acabam se voltando mais para a defesa dos interesses das empresas do que a

defesa das necessidades de proteção e segurança das populações que se encontram e risco ou afetadas pelos desastres em barragens de mineração. Um sistema socioeconômico que combina desde a dependência completa dos municípios em relação às empresas combinada com a ausência efetiva de reparações pelas empresas, com multas e indenizações muito aquém dos danos causados ao meio ambiente e às condições de vida das populações.

Demarchos: Qual o impacto destes acidentes para a população local? E para a população do país?

CM: O desastre da Samarco em Mariana está entre os maiores do mundo em termos de quantidade de rejeitos lançados no meio ambiente (mais de 30 milhões de metros cúbicos), assim como o desastre da Vale em Brumadinho está entre os maiores do mundo em termos de óbitos imediatos (certamente mais de 300 se contabilizamos os óbitos já identificados e os não localizados) e o maior acidente de trabalho já ocorrido no país. Ambos os desastres estão entre os maiores do mundo em termos de impactos ambientais e humanos, com intensos danos humanos e ambientais no curto, médio e longo prazos. Se consideramos que as barragens que romperam em Mariana e Brumadinho eram consideradas de baixo risco, como a maioria das barragens de mineração. Como temos 790 barragens de mineração no país, presentes em cerca de 20 estados, temos um problema que não é só dos municípios afetados por ambos desastres, mas de todo país.



Carlos Machado é um dos pesquisadores brasileiros mais renomados no estudo de desastres no Brasil.

Demarchos: Que medidas de saúde pública são necessárias a curto, médio e longo prazo?

CM: Além das medidas de curto prazo, como os cuidados em saúde mental para todos os atingidos (direta e indiretamente), campanhas de vacinação, continuidade de tratamento dos pacientes crônicos e intensificação das ações de vigilância em qualidade da água, só para citar algumas, temos outros importantes. Um desastre como esses dois citados, significa uma mudança e mesmo rupturas ecológicas e sociais, que vão além dos municípios diretamente afetados. Isso significa que tornam os ambientes vulneráveis aos riscos de doenças geradas tanto pelos metais pesados envolvidos, como também os gerados pelas alterações nos ciclos dos vetores, hospedeiros e reservatórios de doenças, potencializando as doenças infecciosas e parasitárias. Além disso, esses eventos potencializam e ampliam as doenças respiratórias no momento em que a lama seca e que se iniciam atividades de retiradas da mesma, bem como as doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, entre tantas outras que podem apresentar elevação nos meses ou anos pós desastres. Na prática isso significa que ao longo dos meses ou anos pode ser identificado um excesso de mortalidade provocado por esses desastres. Considerando esse conjunto de riscos, doenças, danos e agravos, é fundamental organizar as ações de saúde pública para um monitoramento e vigilância em saúde diferenciada, bem como organização da atenção à saúde de modo a evitar que novos problemas de saúde se sobreponham aos já existentes e representem um aumento dos mesmos e uma sobrecarga além para as populações afetadas e expostas.

Expediente

Demarchos é uma publicação online do Grupo de Pesquisa DEMOS - Demografia, Saúde e Sociedade

Coordenação

Raphael Mendonça Guimarães

Karina Cardoso Meira

E-mail: demospesquisa@gmail.com

Página: demospesquisa.wordpress.com

Twitter: @demospesquisa

